



# SUMÁRIO

<b>1. CABIMENTO.....</b>	<b>19</b>
1.1. Introdução.....	20
1.1.1. Conceito de Sentença.....	21
1.1.1.1. Definição de Sentença.....	21
1.1.1.2. Dificuldades Concretas na Distinção entre Decisão Interlocutória e Sentença.....	25
1.1.1.2.1. Decisão Ilíquida.....	25
1.1.1.2.2. Procedimentos Especiais.....	28
1.1.2. Cabimento contra Sentença.....	31
1.1.2.1. Introdução.....	31
1.1.2.2. Recurso Ordinário Constitucional.....	32
1.1.2.3. Embargos Infringentes.....	34
1.1.2.4. Recurso Inominado.....	36
1.1.2.5. São Justificáveis as Exceções Legais ao Cabimento de Apelação contra Sentença?.....	39
1.1.3. Cabimento contra Decisão Interlocutória.....	41
1.1.3.1. Introdução.....	41
1.1.3.2. Decisões Interlocutórias Recorríveis por Agravo de Instrumento.....	41
1.1.3.2.1. Rol Legal.....	41
1.1.3.2.2. Decisões Interlocutórias Previstas Fora do Art. 1.015 do CPC.....	42
1.1.3.2.3. Decisões Interlocutórias Previstas no Art. 1.015 do CPC.....	43
1.1.3.2.3.1. Tutela provisória.....	43

1.1.3.2.3.2.	Decisões de mérito.....	44
1.1.3.2.3.3.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem .....	45
1.1.3.2.3.4.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica .....	46
1.1.3.2.3.5.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.....	48
1.1.3.2.3.6.	Exibição ou posse de documento ou coisa ....	49
1.1.3.2.3.7.	Exclusão de litisconsorte .....	50
1.1.3.2.3.8.	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio .....	51
1.1.3.2.3.9.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	52
1.1.3.2.3.10.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução ...	52
1.1.3.2.3.11.	Redistribuição do ônus da prova.....	53
1.1.3.2.3.12.	Processos e procedimentos “retrô s” .....	54
1.1.3.2.3.13.	“Taxatividade mitigada” .....	55
1.1.3.3.	Decisões Interlocutórias Recorríveis por Apelação ou Contrarrazões de Apelação .....	56
1.1.3.3.1.	Introdução.....	56
1.1.3.3.2.	Interposição de Apelação para impugnar a Sentença e a Decisão Interlocutória.....	56
1.1.3.3.3.	Apelação apenas para impugnar Decisão Interlocutória.....	59
1.1.3.3.4.	Recorribilidade de Decisão Interlocutória em Contrarrazões .....	63
1.1.3.3.5.	Há Uma Escolha da Parte em apelar ou impugnar da Decisão Interlocutória em Contrarrazões?.....	67
1.1.3.3.6.	A Condicionalidade do Julgamento da Pretensão Recursal Contida nas Contrarrazões e a Desistência de Má-fé da Apelação .....	70
1.1.3.3.7.	O Art. 1.009, § 1º, do CPC e a Apelação Adesiva	75
1.1.3.3.7.1.	Introdução.....	75

1.1.3.3.7.2. Impugnação de decisão interlocutória em contrarrazões de apelação principal e/ou em apelação adesiva .....	75
1.1.3.3.7.3. Impugnação de decisão interlocutória em contrarrazões de recurso adesivo .....	80
1.1.3.3.8. Preclusão Temporal e Impugnação da Decisão Interlocutória nos Termos do Art. 1.009, § 1º, do CPC .....	83
1.1.3.3.9. Não Interposição de Agravo de Instrumento em Hipótese de Cabimento de tal Recurso .....	85
1.1.3.3.10. Sentença objetivamente Complexa .....	87
1.1.3.3.11. Julgamento Antecipado do Mérito .....	89
<b>2. PROCEDIMENTO .....</b>	<b>95</b>
2.1. Tempestividade .....	95
2.1.1. Termo Inicial .....	95
2.1.2. Prazo .....	99
2.1.3. Perigos Gerados pelos Embargos de Declaração .....	101
2.2. Interposição .....	104
2.2.1. Peça ou Peças de Interposição .....	104
2.2.2. Requisitos Formais .....	105
2.2.2.1. Introdução .....	105
2.2.2.2. Nomes e Qualificação das Partes .....	105
2.2.2.3. Exposição do Fato e do Direito .....	110
2.2.2.4. Razões do Pedido de Reforma ou de Decretação de Nulidade .....	112
2.2.2.4.1. Introdução .....	112
2.2.2.4.2. Fundamentos Recursais .....	112
2.2.2.4.2.1. Extensão do efeito devolutivo (Art. 1.013, § 3º, <i>caput</i> , do CPC) .....	115
2.2.2.4.2.2. Impugnação específica dos fundamentos da sentença (e da decisão interlocutória não agravável) .....	118

2.2.2.5. Pedido de Nova Decisão.....	120
2.2.3. Intimação do Apelado.....	127
2.2.4. Contrarrazões de Apelação.....	129
2.2.5. Apelação Adesiva.....	132
2.2.6. Réplica Recursal: Injustificável Omissão Legislativa.....	133
2.2.7. Juízo de Retratação.....	136
2.2.8. Remessa dos Autos ao Tribunal.....	139
2.2.9. Questões Novas.....	142
2.2.9.1. Introdução.....	142
2.2.9.2. Requisitos.....	144
2.2.9.3. Procedimento.....	146
2.2.9.4. Impugnação da Decisão Interlocutória.....	151
2.2.9.5. Fatos Conhecíveis de Ofício.....	151
2.2.9.6. Prova Nova em Sede de Apelação.....	152
2.2.10. Procedimento no Tribunal.....	154
2.2.10.1. Distribuição.....	154
2.2.10.1.1. Introdução.....	154
2.2.10.1.2. Regras.....	155
2.2.10.1.3. “Distribuição” por Prevenção.....	156
2.2.10.2. Julgamento Monocrático.....	158
2.2.10.2.1. Introdução.....	158
2.2.10.2.2. Inadmissão.....	159
2.2.10.2.3. Julgamento do Mérito.....	165
2.2.10.3. Atos Preparatórios do Julgamento Colegiado.....	170
2.2.10.3.1. Preparação do Voto e Pedido para Julgamento....	170
2.2.10.4. Sessão de Julgamento.....	171
2.2.10.4.1. Sustentação Oral.....	171
2.2.10.4.2. Ordem.....	174
2.2.10.4.3. Prazo.....	176
2.2.10.4.4. Conteúdo.....	180

---

2.2.10.4.5. Forma.....	185
2.3. Julgamento Estendido .....	186
2.3.1. Natureza Jurídica.....	186
2.3.2. Cabimento.....	190
2.3.3. Objeto de Cognição e Decisão a Partir da Formação do Quórum Qualificado .....	196
2.3.4. Procedimento .....	201
2.3.4.1. Momento de Instauração do Julgamento .....	201
2.3.4.2. Julgamento Estendido na Própria Sessão .....	203
2.3.4.3. Julgamento Estendido em Outra Sessão.....	209
2.3.4.4. Convocação dos Novos Julgadores .....	211
<b>3. LITISCONSÓRCIO .....</b>	<b>213</b>
3.1. Introdução.....	213
3.2. Efeito Expansivo Subjetivo.....	214
3.2.1. Introdução .....	214
3.2.2. Melhora na Situação do Litisconsorte que não recorreu	215
3.2.3. Piora na Situação do Litisconsorte que não apelou .....	220
3.2.4. Efeito Expansivo Subjetivo e Pluralidade de Recursos ....	223
3.3. Prazo.....	227
3.3.1. Prazo em Dobro Previsto no Art. 229 do CPC.....	227
3.3.2. Prazo em Dobro na Apelação e a Súmula 641 do STF...	228
3.3.3. Prazo em Dobro da Apelação e Ausência de Defesa de um dos Réus .....	230
3.4. Apelação Interposta por Apenas um dos Litisconsortes e Prática de Atos pelo Litisconsorte não Apelante.....	231
3.4.1. Aderência à Apelação Interposta por Litisconsorte.....	231
3.4.2. Complementaridade.....	233
3.4.3. Entrega de Memoriais e Despacho como os Desembar- gadores .....	237
3.4.4. Sustentação Oral.....	238

3.4.5. Interposição de Embargos de Declaração do Julgamento da Apelação .....	240
3.4.6. Agravo Interno contra Decisão Monocrática da Apelação .....	241
<b>4. EFEITO SUSPENSIVO DA APELAÇÃO .....</b>	<b>245</b>
4.1. Introdução .....	245
4.2. Espécies de Efeito Suspensivo .....	248
4.2.1. Efeito Suspensivo Próprio ( <i>Ope Legis</i> ) .....	248
4.2.2. Efeito Suspensivo Impróprio ( <i>Ope Iudicis</i> ) .....	252
4.3. Realidade na Apelação .....	253
4.3.1. Introdução .....	253
4.3.1.1. Apelação sem Efeito Suspensivo no CPC .....	254
4.3.1.1.1. Sentença que homologa Divisão ou Demarcação de Terras .....	254
4.3.1.1.2. Sentença que condena a pagar Alimentos .....	255
4.3.1.1.3. Sentença que extingue sem Resolução de Mérito ou julga Improcedentes os Embargos do Executado .....	259
4.3.1.1.4. Sentença que julga Procedente o Pedido de Instituição de Arbitragem .....	262
4.3.1.1.5. Sentença que confirma, concede ou revoga Tutela Provisória .....	262
4.3.1.1.6. Sentença que decreta a Interdição .....	267
4.3.1.1.7. Ação Monitória .....	269
4.3.1.2. Apelação sem Efeito Suspensivo em Legislação Extravagante .....	270
4.3.1.2.1. Introdução .....	270
4.3.1.2.2. Ações Constitucionais .....	272
4.3.1.2.3. Ações Locatícias .....	274
4.3.1.2.4. Processo Coletivo .....	275
4.3.1.2.4.1. Ação civil pública .....	275
4.3.1.2.4.2. Ação popular .....	279

---

4.3.1.2.5. Ação de Improbidade Administrativa.....	281
4.3.2. Requisitos para a Obtenção do Efeito Suspensivo na Apelação.....	283
4.3.2.1. Tutela da Evidência.....	283
4.3.2.2. Tutela de Urgência.....	286
4.3.2.2.1. Introdução.....	286
4.3.2.2.2. Risco de Dano Grave ou de Difícil Reparação.....	287
4.3.2.2.3. Demonstração de Probabilidade de Provimen- to do Recurso.....	290
4.3.3. Procedimento para a Obtenção do Efeito Suspensivo .....	298
4.4. Efeito Suspensivo Parcial.....	304
4.5. Irrelevância do Efeito Suspensivo .....	307
4.5.1. Efeitos Secundários da Sentença.....	307
4.5.2. Geração de Efeitos Condicionados ao Trânsito em Jul- gado .....	311
<b>5. ATIVIDADE DESENVOLVIDA DE OFÍCIO NO     JULGAMENTO DA APELAÇÃO.....</b>	<b>315</b>
5.1. Introdução.....	315
5.2. Juízo de Admissibilidade.....	317
5.2.1. Introdução .....	317
5.2.2. Causas de Inadmissão da Apelação.....	317
5.2.3. Natureza Jurídica do Juízo de Admissibilidade.....	318
5.2.4. Necessidade de Respeito ao Contraditório.....	319
5.3. Profundidade do Efeito Devolutivo.....	321
5.3.1. Introdução .....	321
5.3.2. Objeto da Profundidade da Devolução.....	321
5.3.3. Devolução de Questões Suscitadas e Discutidas no Processo.....	322
5.3.4. Devolução de Fundamentos do Pedido e da Defesa.....	326
5.3.5. Efeito Devolutivo e Cumulação de Pedidos.....	329

5.3.6. No Sistema Atual é quase Irrelevante a Causa de pedir Recursal? .....	332
5.4. Efeito Translativo .....	337
5.4.1. Introdução .....	337
5.4.2. Objeto do Efeito Translativo .....	339
5.4.3. Contraditório.....	342
5.5. Efeito Expansivo.....	343
5.5.1. Introdução .....	343
5.5.2. Efeito Expansivo Objetivo Interno.....	348
5.5.3. Efeito Expansivo Objetivo Integrativo.....	351
5.6. Teoria da Causa Madura .....	354
5.6.1. Introdução .....	354
5.6.2. Hipóteses de Cabimento .....	357
5.6.2.1. Sentença Terminativa .....	357
5.6.2.2. Sentença <i>Extra Petita e Extra Causa Petendi</i> .....	360
5.6.2.3. Sentença <i>Citra Petita</i> .....	363
5.6.2.4. Sentença não Fundamentada .....	367
5.6.2.5. Efeito Recursal.....	368
5.6.2.6. <i>Reformatio in Pejus</i> .....	371
5.6.2.7. Necessidade de Pedido do Apelante.....	375
5.6.2.8. Contraditório .....	378
5.6.2.9. Rol Exemplificativo ou Exauriente?.....	381
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>385</b>